

CE

2022

RESILIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1

O FMI (WEO de julho de 2021) manteve a sua perspectiva de crescimento, face às projeções de abril de 2021. O PIB deverá crescer 6,0% em 2021 e 4,9% em 2022. Entretanto, as perspectivas para as economias emergentes, principalmente a Ásia emergente, foram revistas para baixo, em compensação, as perspectivas para as economias avançadas foram melhoradas. O acesso à vacina aparece como fator condicionante para a performance da atividade económica global.

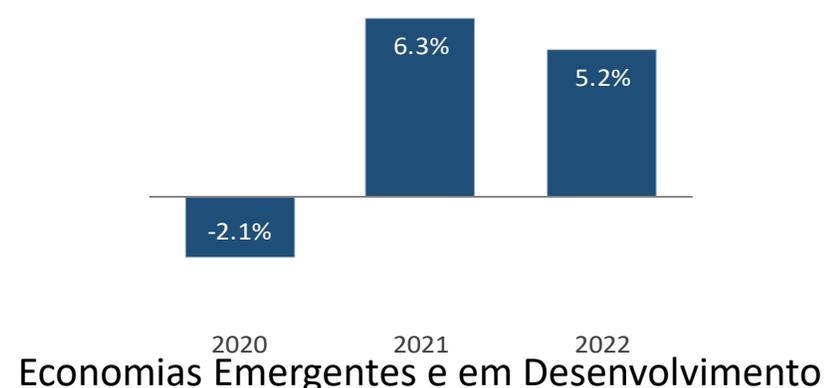
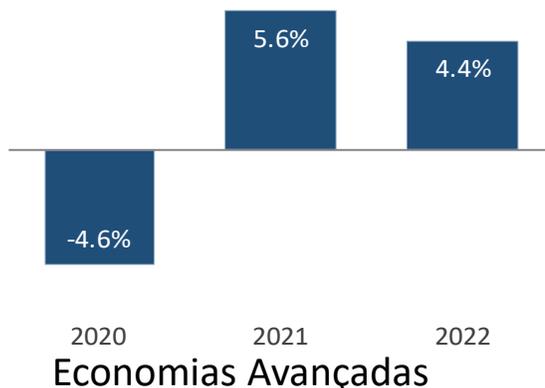
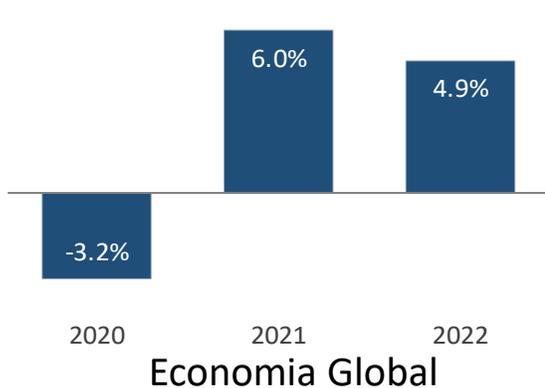
2

A nível de preços, a perspectiva é para o aumento. De acordo com o FMI a inflação global deverá retornar aos seus níveis pré-crise em 2022. No caso dos mercados emergentes em desenvolvimento este aumento está relacionada, em parte com a subida de preços dos alimentos.

3

O nível de risco, no cenário macroeconómico mundial, estará fortemente condicionado às diversas mutações sofrida pelo vírus (da Covid-19), em função do lançamento mais lento do que previsto da vacina, e pelo aperto nas condições financeiras externas.

Fonte: FMI, julho 2021



Síntese dos Principais Indicadores Macro-Fiscais

Macro Nacional

Indicadores	Unidades	2019	2020	2021	2022
PIB real	% change	5,7	-14,8	[6,5 - 7,5]	[3,5 - 6,0]
Inflação	% change	1,1	0,6	1,5	[1,5 - 2,0]
Número de Turistas	% change	7,0	-75,0	[-12; - 22]	[100 - 150]
Emprego Líquido	Número	11 344	-19 718	6 021	9 749
Taxa de Desemprego	Em % População Ativa	11,3	14,5	14,5	14,2
Câmbio	Medium values	98,5	96,8	92,6	93,6
Conta Corrente	In % GDP	0,0	-15,9	-13,8	-9,8
Reservas	in months	6,9	7,9	6,4	5,3
Massa Monetária	% change	8,1	4,1	3,6	2,0
Crédito à Economia	% change	3,9	4,8	5,3	4,6
Défice Público	In % GDP	-2,4	-10,0	-9,8	-7,5
Dívida Pública	In % GDP	124,2	155,6	153,9	153,9

CE 2022

RESILIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CRISE

RETOMA

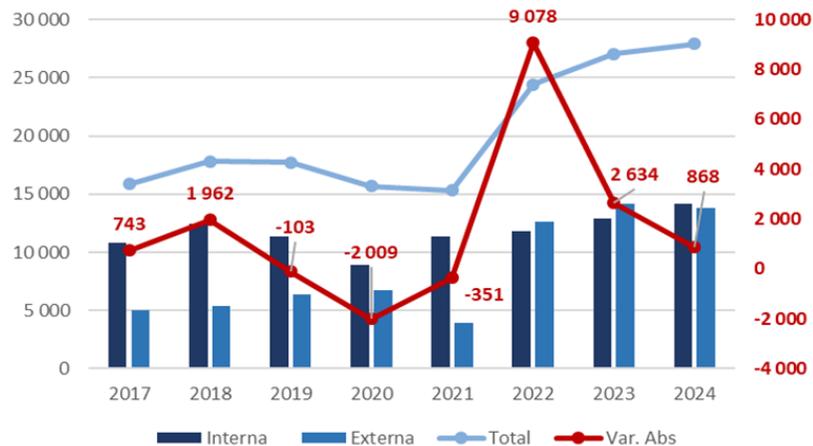
Resposta Sanitária

Recuperação Económica

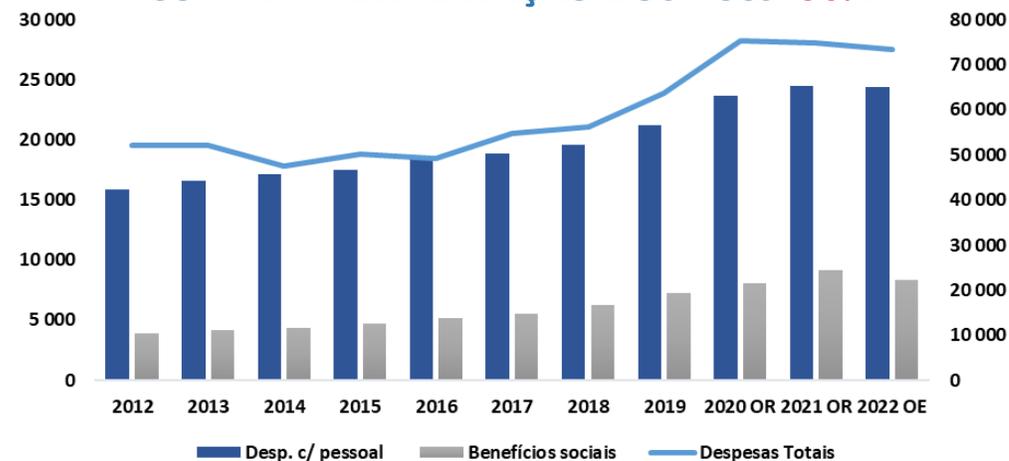
Inclusão Social

Sustentabilidade Orçamental

SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA: +9 mil milhões de CVE em 2022

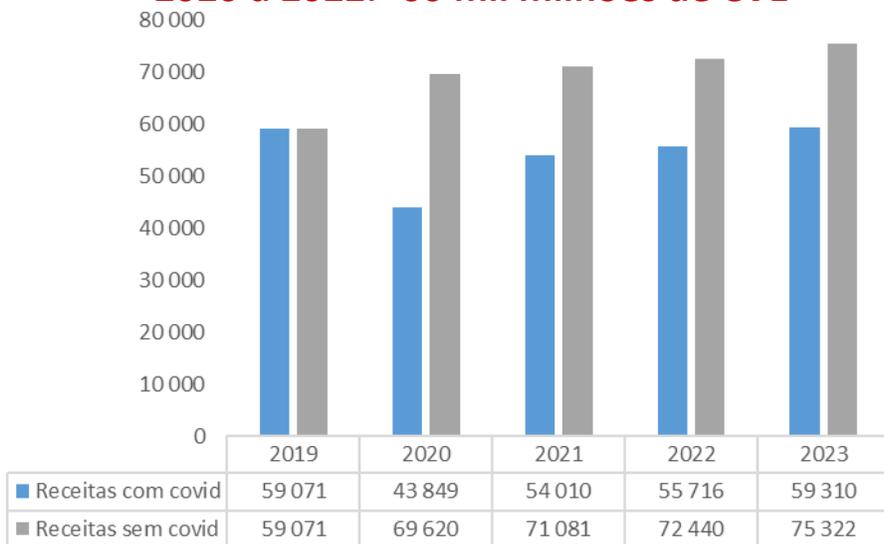


RIGIDEZ DA DESPESA PÚBLICA AGRAVADA COM A IMPLEMENTAÇÃO DOS PCCS: 90%



CUSTO DA COVID-19:

2020 a 2022: -60 mil milhões de CVE

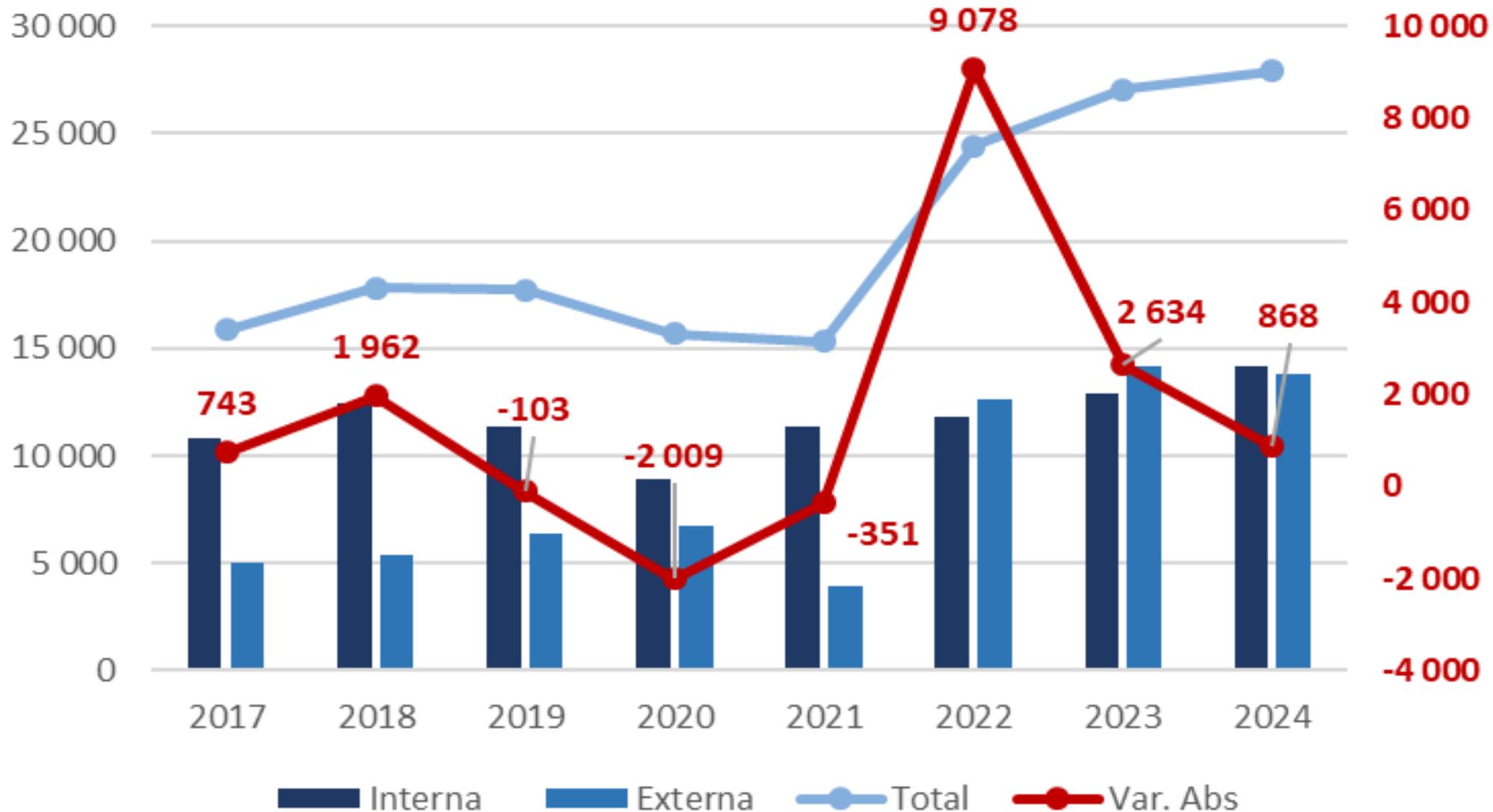


ELEVADA INCERTEZA E RISCOS ORÇAMENTAIS:

10 mil milhões de CVE



Condicionalismo: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA



Eixo secundário: Var. Abs

Serviço da Dívida 2019 a 2024 (em milhões de CVE)

Descrição	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Total do Serviço da Dívida	14 578,41	16 385,03	15 067,37	24 424,66	26 398,85	27 696,91
Total Serviço Dívida Interna	8 544,73	10 400,84	11 112,39	11 809,22	12 744,57	13 881,74
Total Serviço Dívida Externa	6 033,68	5 984,20	3 954,98	12 615,44	13 654,29	13 815,17
dos quais Portugal (inclui BPI):	996,02	996,03	3 321,93	4 615,00	4 567,98	4 517,37

(em milhões de CVE)

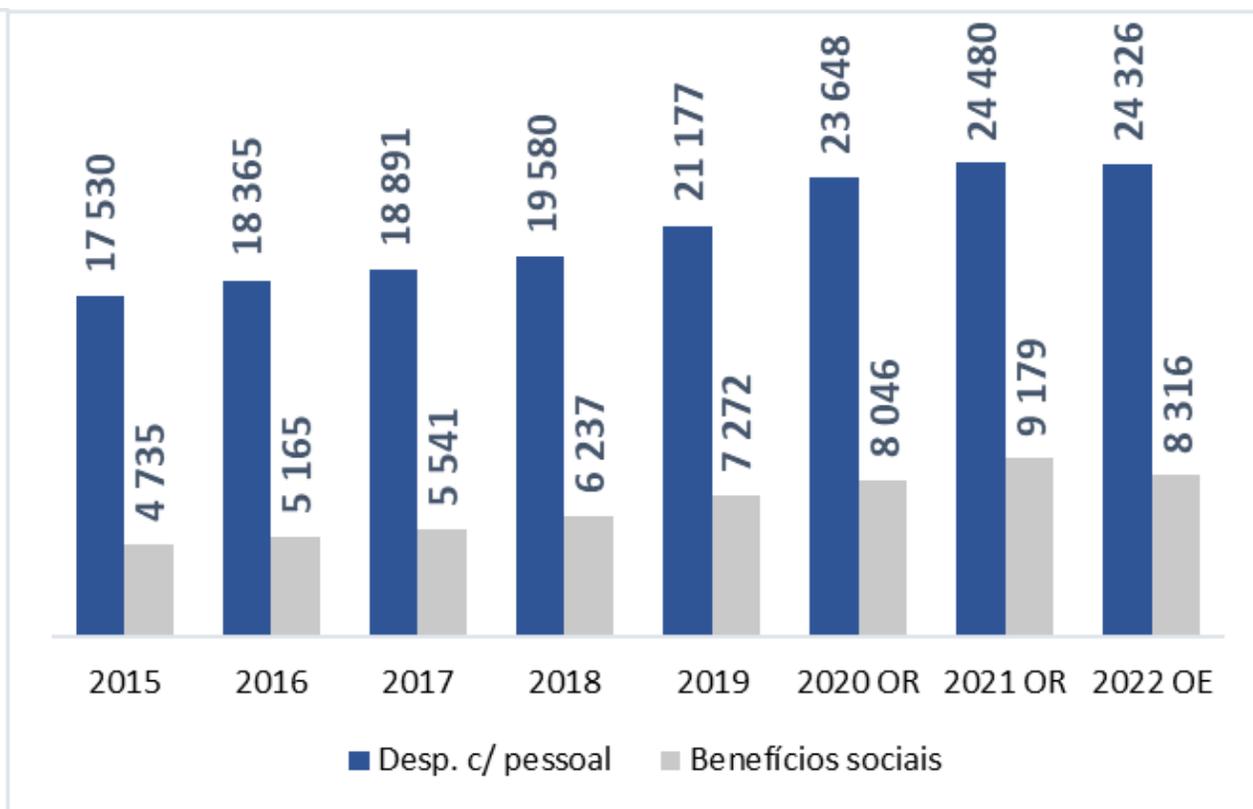
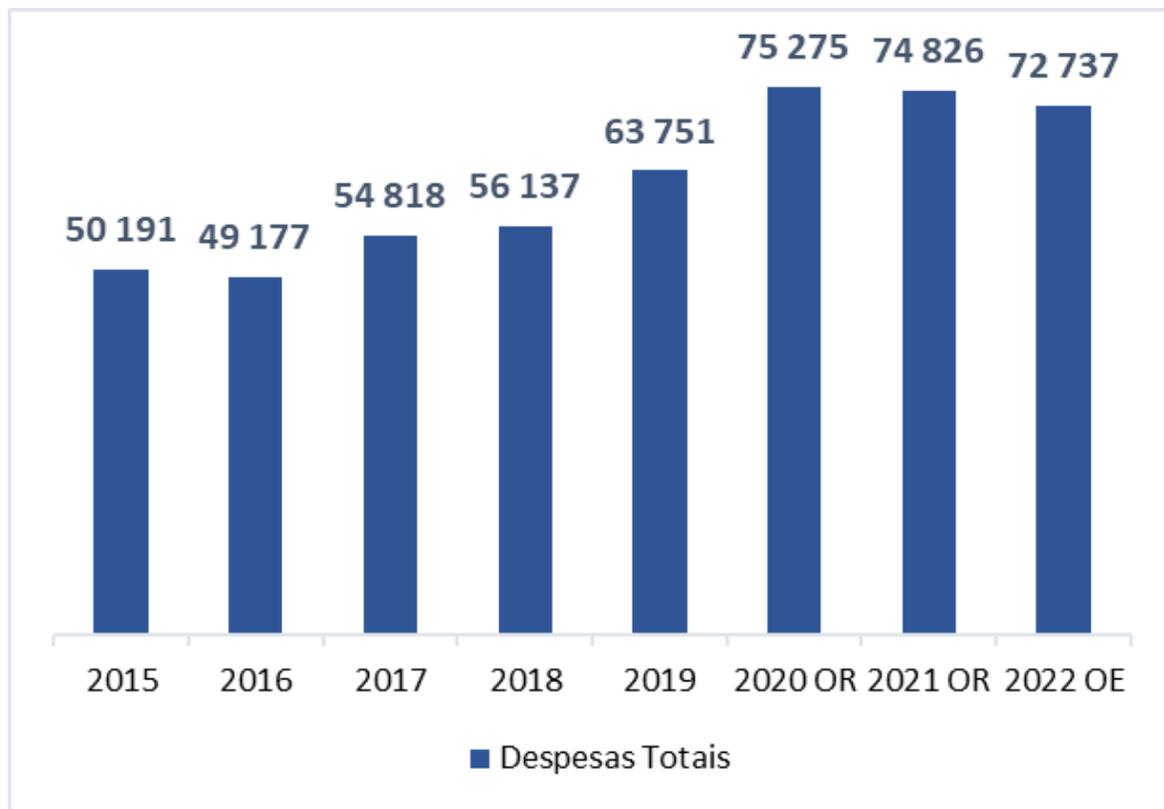
Em negociação:

Moratória	Impacto
PT (GOV+CGD)	4 046
China	253
Espanha (ICCO)	425
França	476
TOTAL	5 200

Condicionalismo: RIGIDEZ DA DESPESA PÚBLICA

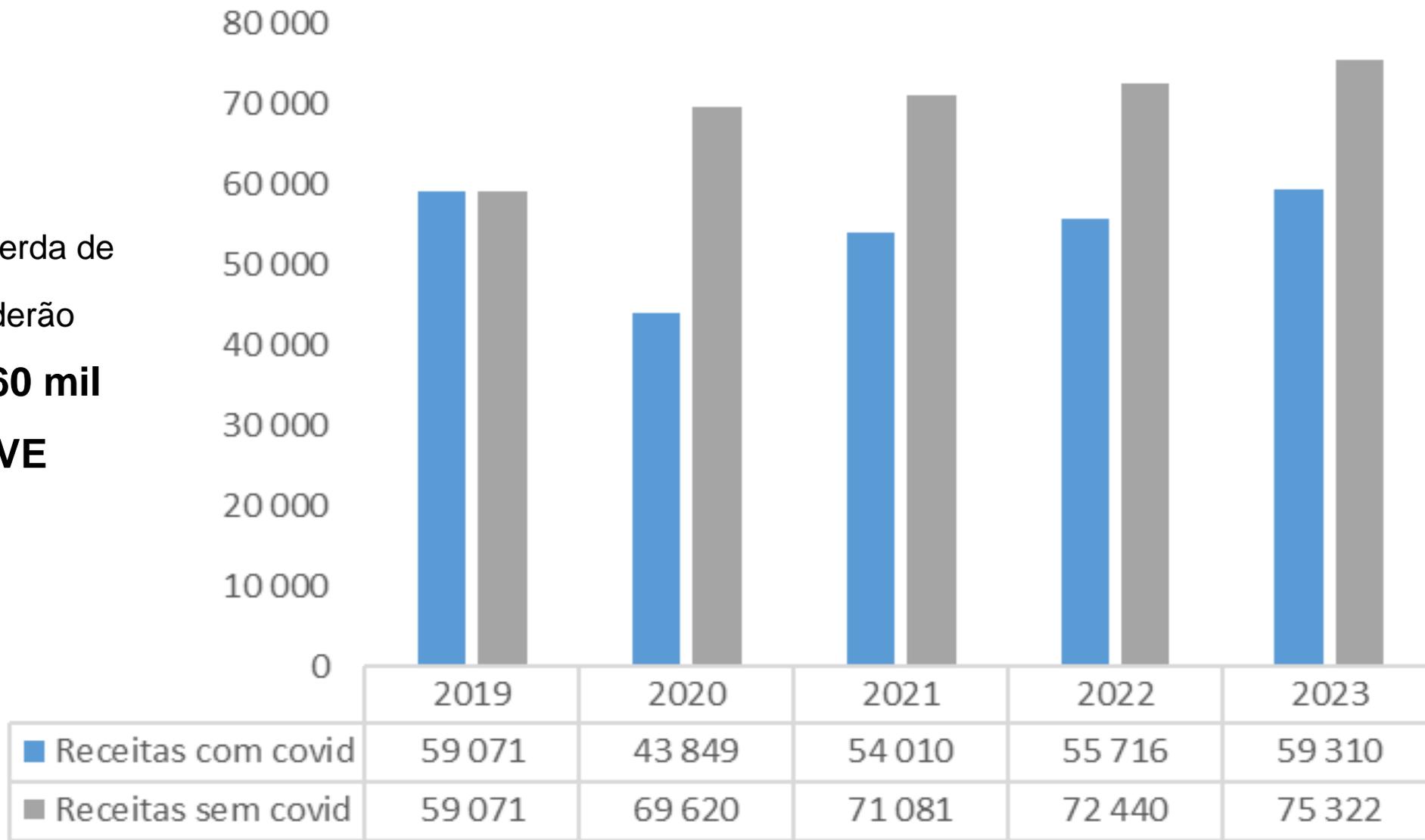
(em milhões de CVE)

O Governo adota medidas de reestruturação de despesa pública, visando ganhos de eficiência, racionalização dos recursos e poupança. Contudo, não se pode esperar que, em plena crise pandémica, as despesas públicas sejam reduzidas em igual proporção que as receitas. Salvar a economia, preservar a saúde e o bem-estar dos cabo-verdianos, bem como cuidar do futuro das crianças e dos jovens constituem interesses que não podem ser sacrificados.



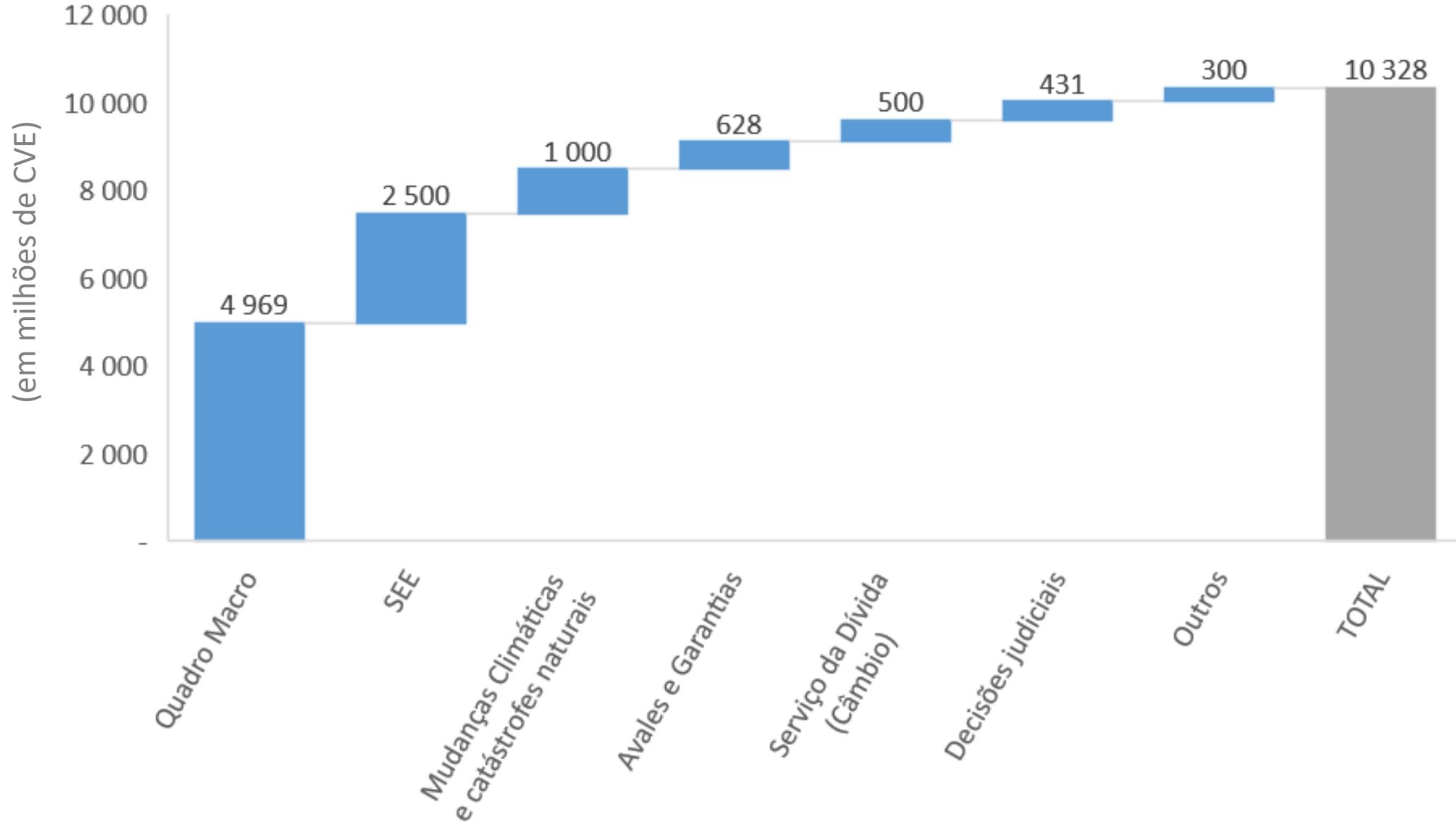
Condicionalismo: CUSTO DA COVID-19

Três anos de perda de receitas, que poderão atingir cerca de **60 mil milhões de CVE**

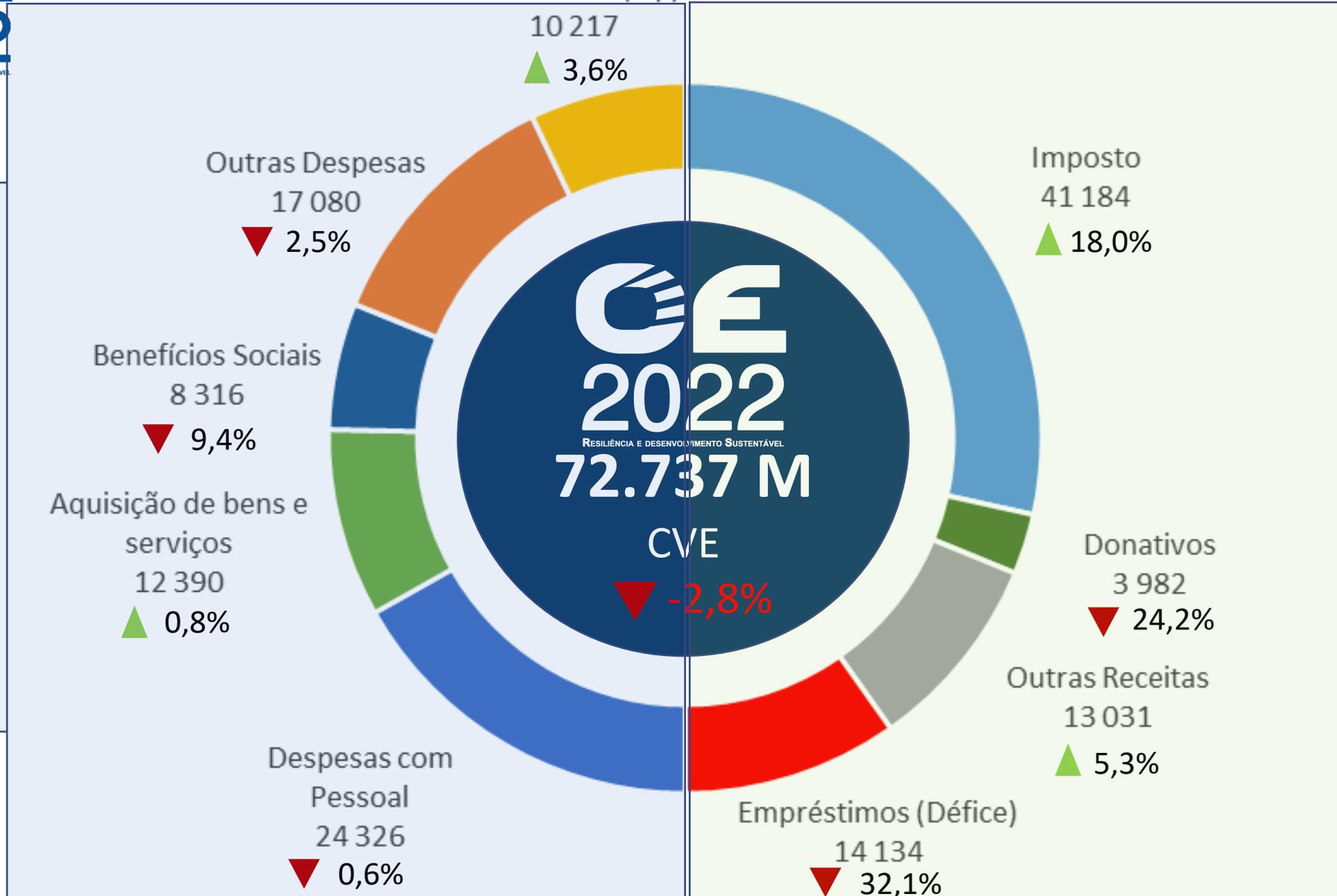


(em milhões de CVE)

Condicionismo: ELEVADA INCERTEZA E RISCOS ORÇAMENTAIS



Ativos não
Financeiros (liq.)

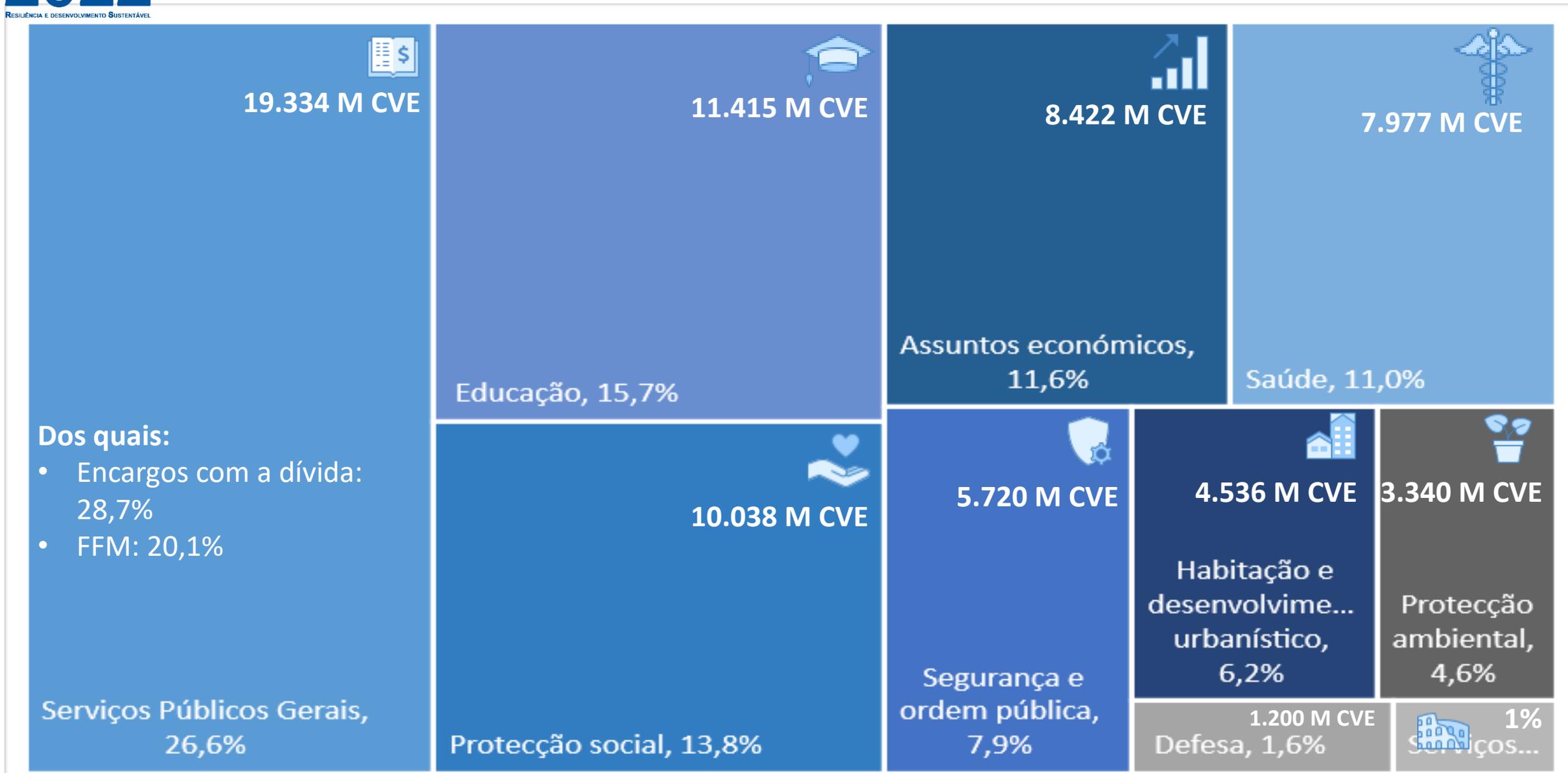


NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO

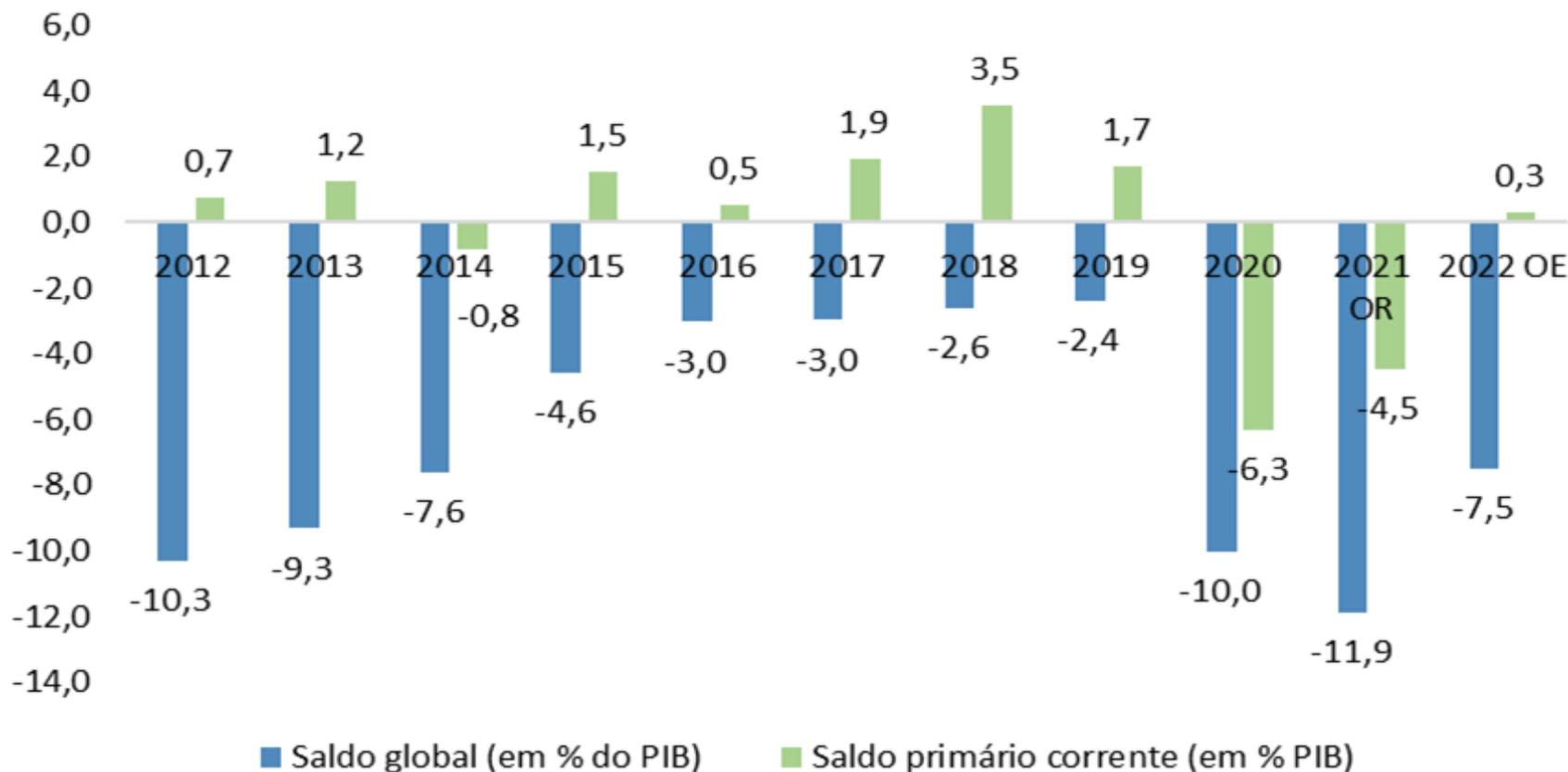
FINANCIAMENTO

Alocação dos 73 Mil Milhões de CVE: Funções do Estado

M CVE = Milhões de CVE

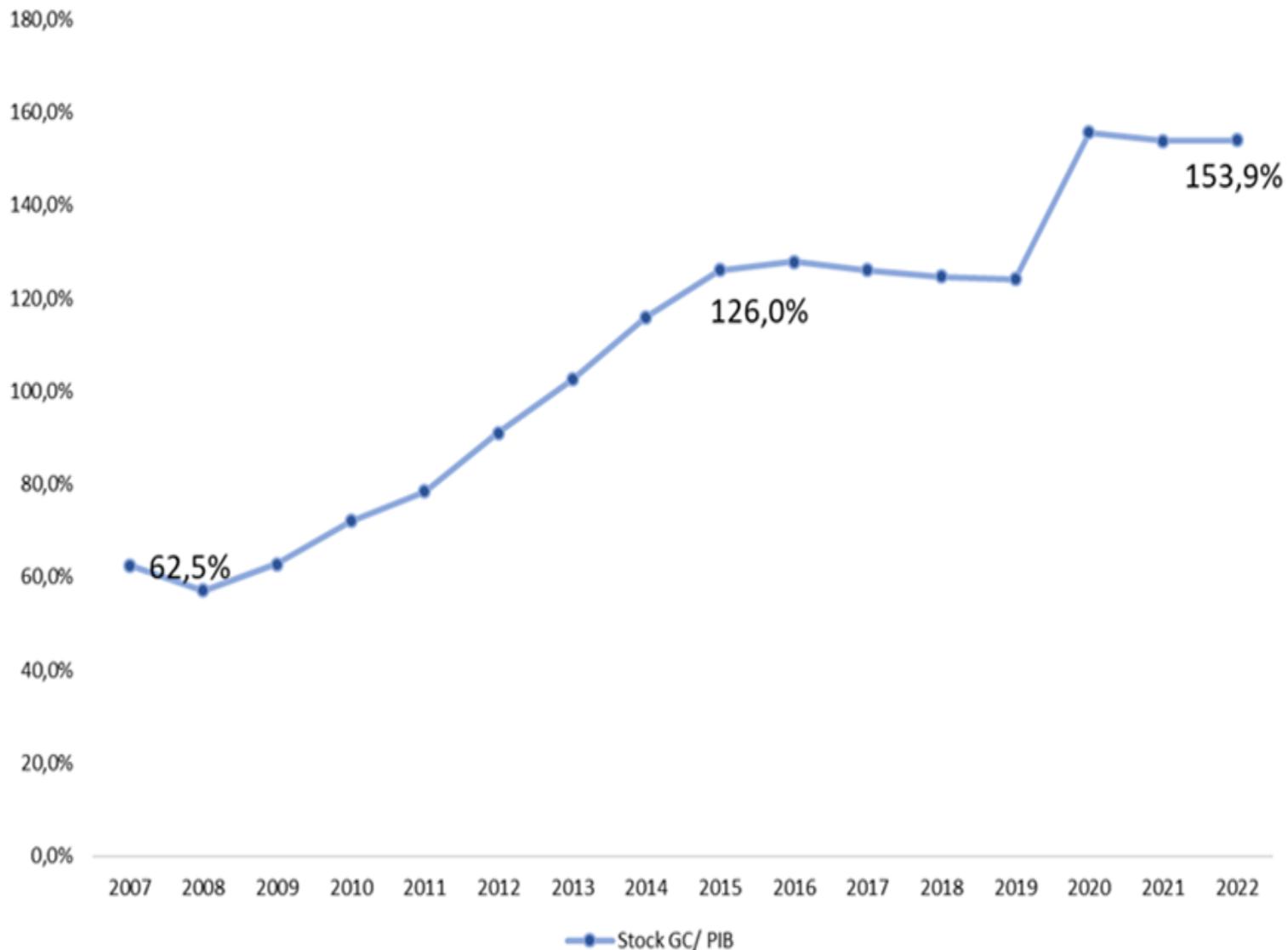


Em 2022, O Governo retoma a política de consolidação orçamental, numa perspetiva gradual e plurianual, pela promoção do crescimento económico, aumento das receitas endógenas, racionalização e contenção das despesas e nova dinâmica de gestão da dívida pública como mecanismo de libertação de espaço orçamental para o financiamento de projetos estruturantes.

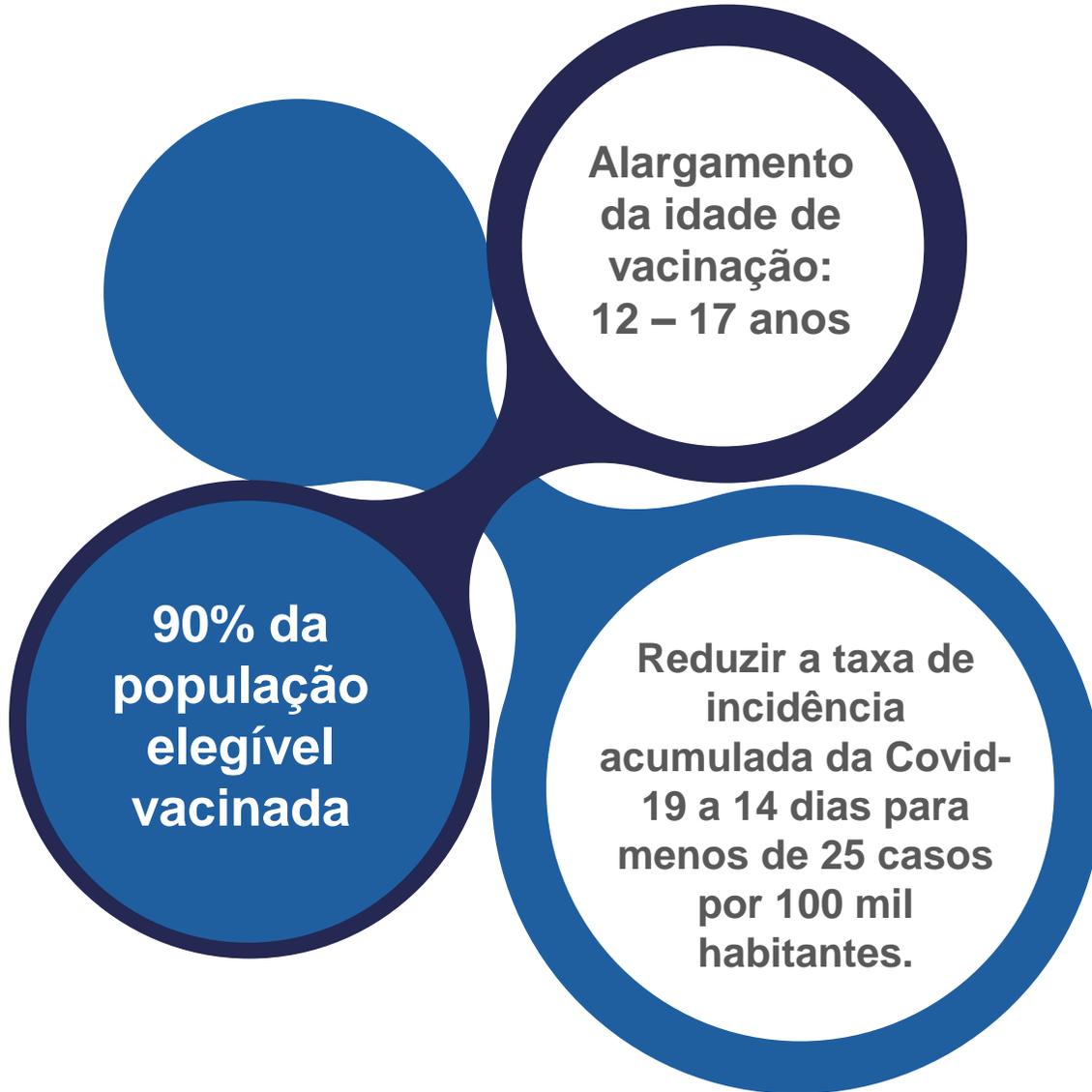


O saldo corrente primário registou sempre valores positivos desde 2015 e essa trajetória só foi interrompida em 2020 e 2021, ou seja, nos dois primeiros anos de crise pandémica. Com a retoma da trajetória da consolidação fiscal, o saldo corrente primário volta a ser positivo em 2022.

DÍVIDA PÚBLICA



- O endividamento público agravou-se sobretudo entre 2009 e 2015, passando de cerca de 60% do PIB em 2008 a 126% do PIB em 2015, ou seja, sensivelmente superior ao dobro.
- A partir de 2016, o Governo iniciou a inversão da trajetória da dívida, interrompida em 2020, com a crise provocada pela pandemia Covid-19.
- O limite do crédito interno líquido vê-se revisto pelo Parlamento, em 2022, por forma a que o financiamento dos custos da pandemia não se concentre apenas na geração impactada pela crise.



- 01 Manter e reforçar 649 profissionais de saúde para o combate à pandemia (**704 M CVE**) e +155 profissionais para reforço da resposta sanitária (**179 M CVE**).
- 02 Reforço das infraestruturas e equipamentos do Sistema Nacional de Saúde: **356 M CVE**.
- 03 Assegurar os custos com a transição epidemiológica e garantia de assistência medicamentosa: **1.919 M CVE** (+174 M CVE).
- 04 Abordagem integrada para a vigilância, prevenção e combate de doenças: **383 M CVE**.
- 05 Reforço da capacidade laboratorial e descentralização do Laboratório de Virologia: **30 M CVE**.
- 06 Manter a isenção da taxa moderadora: **200 M CVE**.
- 07 Contratação de 200 Técnicos de Apoio Operacional, para as escolas, em resposta à Covid-19: **27 M CVE**.

PIB 2022:
6%

Número de
Turistas: de -22%
em 2021 para 100
a 150% em 2022

**Credito à
economia:**
4,6%

- Emprego Líquido:
9.749
- Redução da Taxa
de desemprego
para 14,2%

01

Recapitalização das MPME afetadas pela crise através do fundo de impacto de **10 M de Euros** e do reforço da capacidade de intervenção da Pró-capital e operacionalização do Fundo Soberano de Garantia ao Investimento privado (**90 M Euros**)

02

Intensificação do sistema de garantia parcial de crédito pelo reforço do capital da Pró-Garante em **17 M USD**.

03

Alargamento das facilidades de Assistência Técnica e Financeira da Pró-Empresa, com fundo de **3 M USD**, mediante cofinanciamento até **0,5 M CVE**, por empresa. Aceleração da formalização **2 M USD**

04

Criação e mobilização de linhas de crédito para a “Retoma Económica” num montante total de **9 M de contos**, com maior cobertura de garantias.

05

Manutenção do IVA para o Turismo e restauração à taxa de 10%.

06

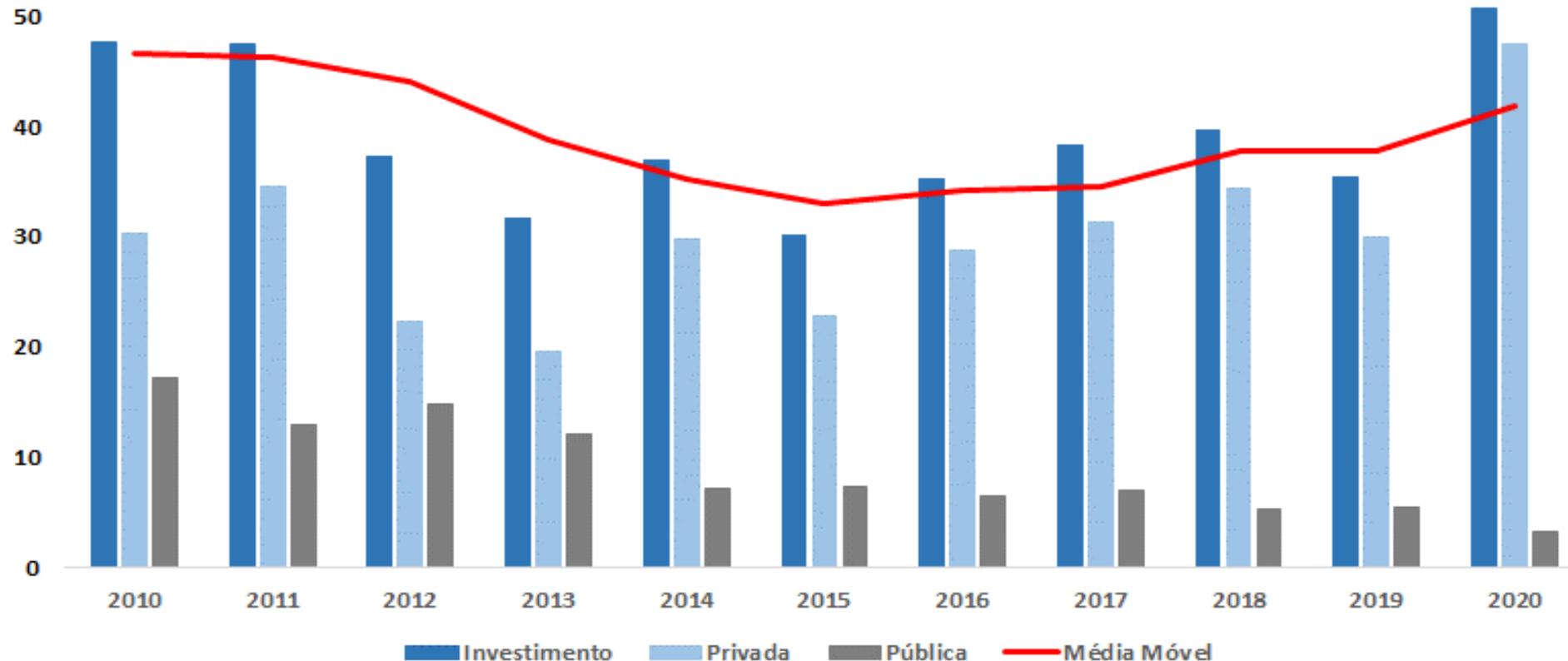
Reforço do empreendedorismo no domínio da economia digital, da cultura e indústrias criativas, da economia azul e promoção da formação para empregabilidade **418 M CVE**.

07

Prossecução do investimento em estágios profissionais para jovens: **259 M CVE**.

Globalmente, o investimento tem estado a crescer desde 2016, com ligeira redução em 2019 e retoma em 2020, ano em que atingiu nível histórico, não obstante o contexto de incertezas económicas provocadas pela pandemia, performance essa que se deve ao investimento privado e que se manteve em 2021.

Investimento Público e Privado (% do PIB)



Cabo Verde é uma economia de mercado de base privada e a dinâmica e liderança do setor privado testemunham a confiança e são essenciais para o presente e o futuro da economia, do emprego e em suma do desenvolvimento sustentável.

PROJETOS DIVERSOS: 10.625 M CVE

+

PRRA 2022: 3.263 M CVE

(2.425 M CVE valor líquido, em face ao financiamento OE 2022)



Eixo I

Requalificação de
Centros Urbanos
659 M CVE



Eixo II

Reabilitação de
Habitação
340 M CVE



Eixo III

Regeneração de Centros
Históricos
203 M CVE



Eixo IV

Reabilitação do Património
Histórico e Cultural
21 M CVE



Eixo V

Requalificação da
Orla Marítima
135 M CVE



Eixo VI

Estradas de desencravamento –
Potencial Agrícola e Turístico
1.469 M CVE



Eixo VIII

Outros Projetos
327 M CVE

❖ Nos eixos I e II, estão incluídas obras descentralizadas nas Câmaras Municipais, no montante global de 918 M CVE.

➤ Em 2022, o investimento público cresce cerca de 15,4%, comparativamente a 2021* .

➤ Considerando, ainda, o total dos investimentos no âmbito do PRRA a realizar-se em 2022, o crescimento seria de aproximadamente 41,7%.

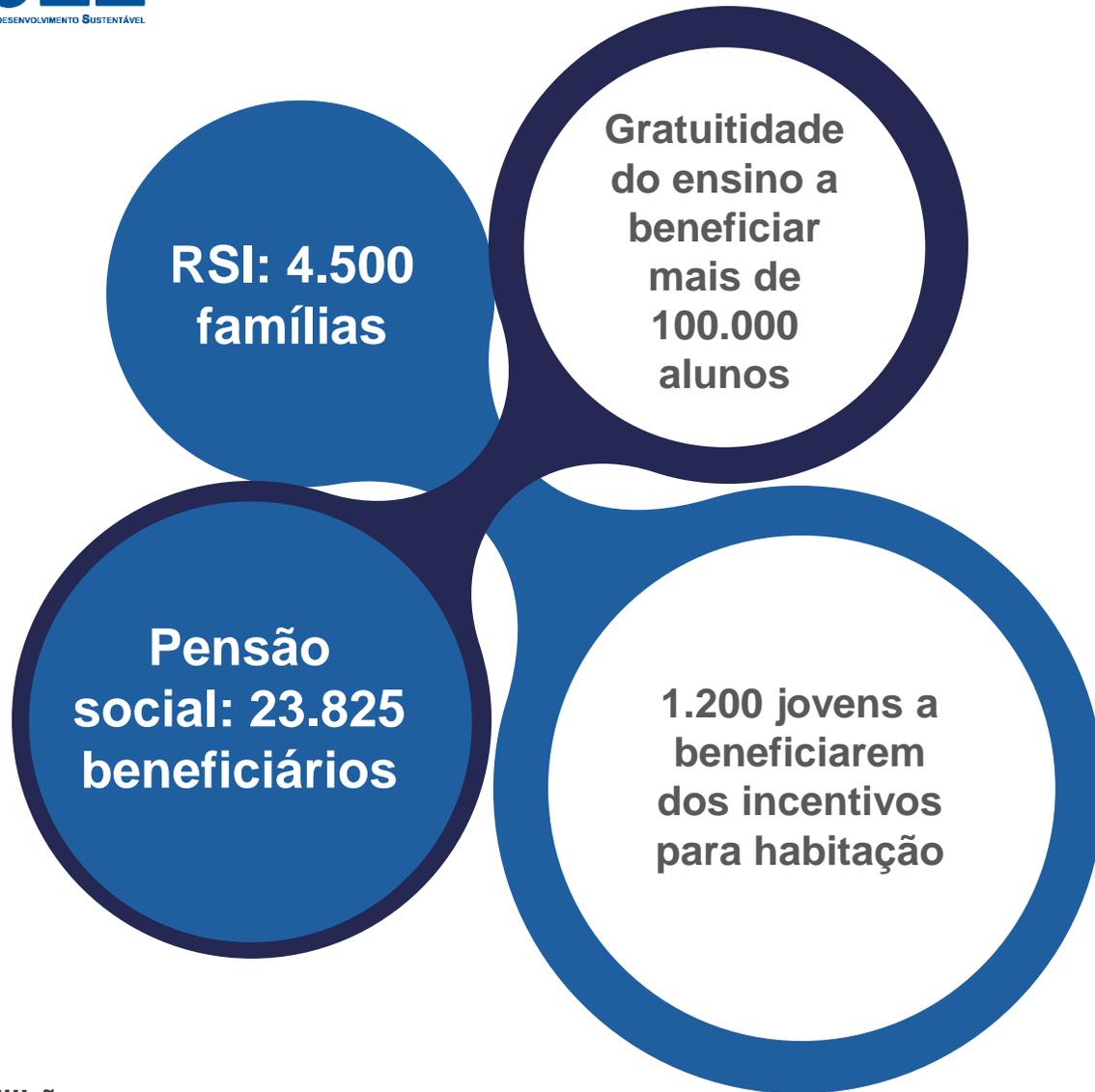
* Devendo-se expurgar, em 2021, a operação contabilística em que se transferiu alguns ativos relativos ao programa «Casa para Todos» do balanço da IFH para o Balanço da Administração Pública Central, no montante de 2,1 mil M CVE, no âmbito da recentragem da gestão da classe A.

Benefícios Fiscais – incentivos ao investimento

Benefícios Fiscais no período 2019 a 2022

(em milhões de CVE)

BENEFICIOS FISCAIS E ADUANEIROS	2019	2020	2021E	2022P
Direção Geral das Contribuições e Impostos	7.565,20	7.797,55	7.390,35	7.925,68
Direção Geral das Alfândegas	4.771,80	4.430,10	4.032,60	4.354,74
TOTAL DGCI + DGA	12.337,00	12.227,65	11.422,95	12.280,42



M = Milhões

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- 01 • Tarifa social de 30% para 50%: **200 M CVE**
• IVA 8% na Eletricidade e Água: **279 M CVE**
- 02 • Gratuidade até 12º ano e gratuidade até o ensino superior aos deficientes: **366 M CVE.**
• O reforço dos kits, do transporte, das cantinas escolares, das bolsas de estudos e residências estudantis: **853 M CVE.**
- 03 • Bonificação de crédito habitação: **200 M CVE.**
• Incentivo à aquisição de casa própria: **195 M CVE.**
- 04 • RSI: **430 M CVE**
• Pensão Social: **1.724 M CVE**
- 05 • Promoção da dinâmica desportiva: **196 M CVE.**
• Cultura na promoção da inclusão social e proteção de rendimentos, apoio aos artistas e promoção dos produtos *Made in CV*: **57 M CVE.**

O espaço orçamental gerado permitiu ao Governo, no período 2016 a 2021, proceder a:

Regularização de pendências de mais de 12 mil funcionários da administração central:

- Regularização de carreiras e salários, congelados há mais de 10 anos.
- Impacto de 2.887 M CVE

Recrutamento de mais de 2.500 funcionários da APUB, com impacto de 4.890 M CVE

- Saúde: 621 profissionais de saúde.
- Educação: 1.376 docentes, em termos brutos, e 303 APO.
- Justiça: 262 - magistrados, oficiais de justiça, polícia judiciária e guardas prisionais.
- Segurança: 440 agentes.

Melhoraria dos níveis de serviços prestados e aumento dos benefícios sociais e o número de beneficiários no âmbito das políticas sociais, relativas à:

- Educação
- Saúde
- Protecção social e inclusão.
- Segurança e ordem pública

Despesas para Funções Sociais	2016	Estimativa 2021	Var. 2016/2021
Saúde	4 196 376 083	8 407 155 724	100%
Educação	9 425 651 726	11 682 784 784	24%
Protecção social	6 920 118 504	13 174 155 870	90%
Habitação social e outras medidas sociais	0	2 259 000 000	n/a
Total Estado Social	20 542 146 313	35 523 096 378	72,9%
Segurança e ordem pública	3 615 141 809	5 684 885 374	57%
Total Geral	24 157 288 122	41 207 981 752	70,6%

A redução do IVA na eletricidade e água de 15% para 8%.

Racionalização dos benefícios fiscais e atualização da taxa do IVA / moratórias

Isenção de DI e IVA na importação de materiais e equipamentos destinados à manutenção, construção ou reestruturação de espaços para prática desportiva.

Incentivos fiscais para implementação do projeto de cabos submarinos internacionais de fibra ótica.

Dinamização da economia local.

ISENTAR pequenas encomendas às pessoas do Cadastro Social

MEDIDAS FISCAIS – Dinamização do Sector Empresarial

- Majoração de custos de eletricidade e água para as empresas.
- Regime Embandeiramento e registo de navios.
- Incentivos às *start up* – jovem e TICs.
- Promoção da certificação e qualidade.
- Incentivos para o sector agrícola.

Dedução à coleta de 20 mil CVE por contratação de cada estagiário com o período mínimo de 6 meses (não cumulativo CBF).

Dedução à coleta de 20 mil CVE por contratação, por um período mínimo de 12 meses, de cada desempregado inscrito no IEFP (acumulativo CBF).

Comparticipação no pagamento de subsídio mensal aos estagiários licenciados e com curso médio de 15 e 11 mil CVE, respetivamente.

Isonção de encargos da entidade patronal pela contratação (líquida) de jovens (até 37 anos) para o primeiro emprego.

Projetos apresentados à Pró-Empresa, que criem 5 ou + postos de trabalhos - participação do Estado em 50%, através do IEFP, durante um período de 12 meses: 25 mil CVE para pelo menos 2 trabalhadores.

MEDIDAS FISCAIS – Tributação e Incentivos: Ambiental e de Saúde

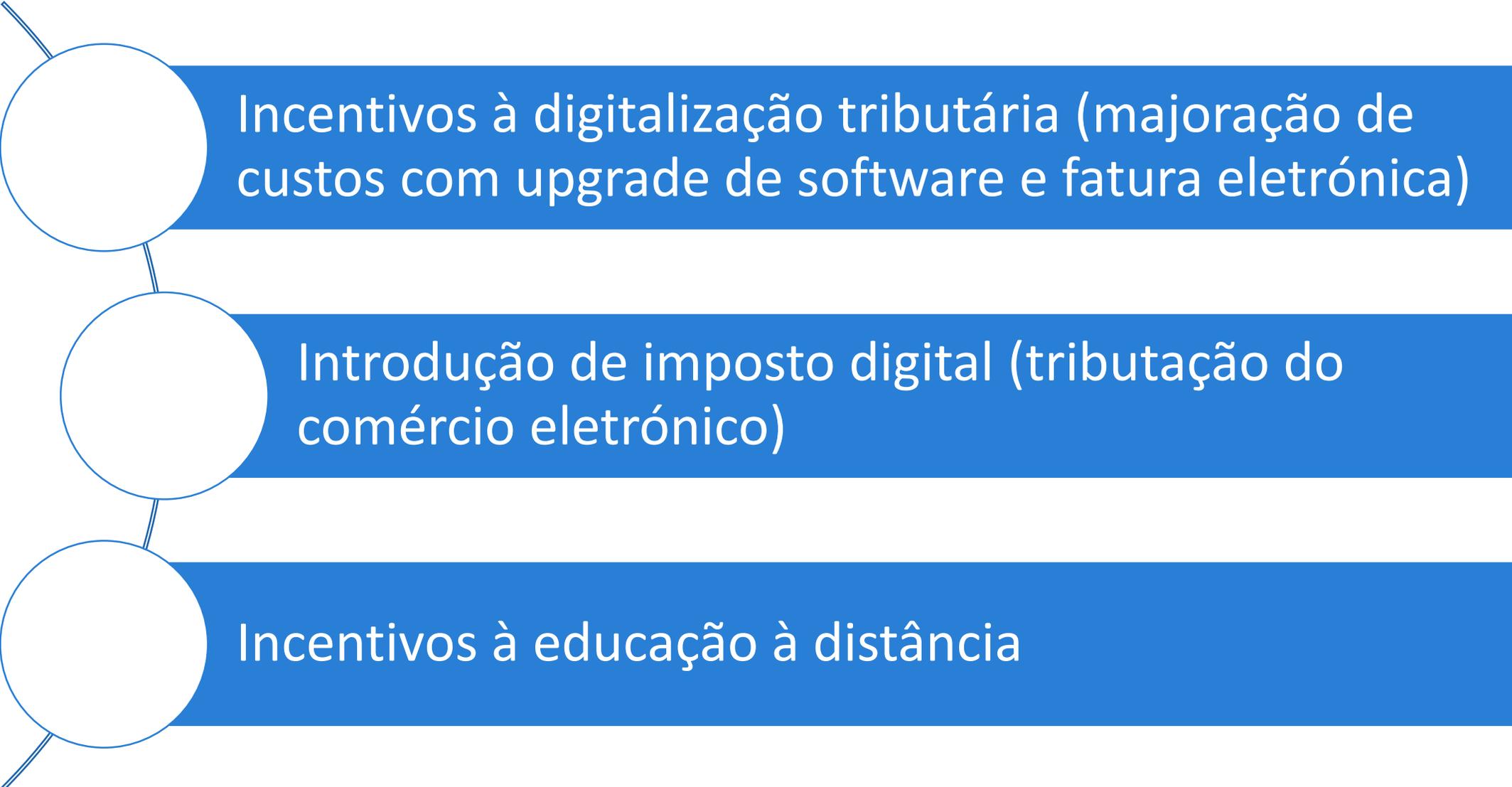
Reforço da tributação do tabaco;

Agravamento da incidência sobre combustível

Isenção de IVA, ICE e DI na importação de veículos elétricos e taxa de estacionamento.

Bonificação em 50% de taxas de juros para micro produção de energias renováveis (famílias e MPEs de baixa tensão normal);

Incentivos aos painéis fotovoltaicos, inversores e outros materiais e equipamentos elétricos e eletrónicos para a produção de energia solar, bem como baterias para o seu armazenamento, importados pelas Câmaras Municipais.



Incentivos à digitalização tributária (majoração de custos com upgrade de software e fatura eletrónica)

Introdução de imposto digital (tributação do comércio eletrónico)

Incentivos à educação à distância

CE

2022

RESILIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- Um Orçamento que prioriza a **saúde** e a vida dos cabo-verdianos, a **recuperação** económica e o **desenvolvimento** social.
- Um Orçamento focado na **sustentabilidade**.
- Um Orçamento que **cuida do futuro** das crianças e dos jovens cabo-verdianos.